

# DEFESA: NECESSIDADE ÍMPAR

Aileda de Mattos Oliveira

19 de setembro de 2011

O instinto de sobrevivência é ontológico, fazendo parte, por este mesmo motivo, da essência do indivíduo. Não é sem razão que os animais, além de defenderem a sua integridade física da agressão de outros predadores, estendem essa defesa ao espaço geográfico que ocupam e ao qual se adaptam, por dar a eles os meios de subsistência e de proteção, necessários à sua vida e à de suas crias. Diz-se, então, nas ocasiões em que entram em luta contra seus inimigos naturais, “*que defendem o seu território*”.

Isto porque a reação que leva um indivíduo à defesa tem, como mola propulsora, o instinto de sobrevivência, o que permite concluir que o manter-se vivo é o objetivo de todo ser animado e uma consequência lógica da escolha adequada da estratégia posta em prática pelos contendores, estratégia cujo resultado positivo advém do conhecimento prévio da força do adversário, de suas preferências de ataque e de ser ele estranho ao ambiente.

Se há, por instinto, a defesa do corpo físico e a do espaço geográfico, provedor das matérias básicas necessárias aos irracionais que nele se abrigam, é porque pressentem que virão do exterior às suas áreas de ocupação, ataques de inimigos, isolados ou em grupos, para tentarem desalojar ou eliminar os que ali se resguardam da fome e das intempéries.

Não é diferente tal comportamento ao homem, que se destaca dos outros animais, pela sua capacidade única de racionalizar os acontecimentos e de verbalizá-los. Isto significa que poderá, primeiramente, expor as necessidades primárias de defesa aos seus iguais, para convencer-lhes da importância de determinarem as ações conjuntas e urgentes, em defesa do bem comum: a unidade territorial e a soberania da nação e, como consequência, a defesa de seu patrimônio e a de sua vida.

Do mesmo modo que é levado à reflexão, ressaltam-se nele características psicológicas tais, que o tornam um ser complexo, de reações mutáveis, nervosas ou equilibradas, dependentes das variáveis situações das quais é participante ou nas quais é chamado a intervir.

Por esta razão, cabe aos dirigentes brasileiros estabelecerem metas de defesa e adquirirem a cultura de pô-las em prática, transformarem a letra da END em atividades concretas, com visão perscrutadora, sem a qual recairão sobre eles as consequências da desatenção à obviedade dos detalhes.

Para tal complexidade estratégica, somente os especialistas no assunto poderão determinar as ações ideais, num território fantástico como o do Brasil. Leigos, preenchedores de cargos, não podem enfeixar em suas mãos, o destino da Nação, num dos ministérios mais importantes da República.

Adquire, assim, a manifestação psicossocial importância fundamental por determinar, pelas ações humanas, as diretrizes que seguirão a política do Estado, responsável, por sua vez, pelo acerto dos caminhos a serem tomados em relação à economia, ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, visando a aumentar a capacitação bélica dos comandos militares na defesa da Nação.

Tendo o homem a capacidade de analisar os acontecimentos já ocorridos, compará-los com os que estão em evidência e com os que ainda se mantêm embrionários, no plano dos eventos futuros, poderá, como diz Sun Tzu, “*planejar o difícil enquanto ainda é fácil*”<sup>1</sup>, numa antevisão dos fatos, sem a turbulência das emoções, comuns em momentos de imprevidência, mas, ao contrário, com equilíbrio de espírito e sensatez.

Clausewitz<sup>2</sup>, por sua vez, demonstra a superioridade da defesa enquanto elemento de dissuasão e enquanto tática de combate, pois ela permite, desde o desgaste do invasor em uma guerra de atrito, até a possibilidade de escolha do momento correto para contra-atacar as forças adversárias.

É a visão holística dos dirigentes da Nação que determina a implantação de medidas, não apenas acauteladoras, mas de cunho altamente defensivo, proporcional à grandeza territorial e às riquezas naturais de que esta Nação é possuidora. Entra-se, então, no campo não só da geopolítica, onde o País se avulta como um Estado de porte, mas também no da geoestratégia, quando o poder diplomático deve desincumbir-se, com maestria, no cenário político internacional, por contar, atrás de si, com a força das armas, a *logística do convencimento*, como senhora das decisões.

As relações internacionais devem ser uma das formas prioritárias de manutenção da defesa, tendo em vista que cabe aos homens por em prática, primeiramente, a capacidade de resolver as questões políticas por meio das

armas do raciocínio e esgotar todos os argumentos que sejam favoráveis à Nação que defendem, e ter certeza de que os resultados acordados serão cumpridos, à risca, pela nação interlocutora.

O arsenal militar deverá permanecer como espectro àqueles, coincidentemente, da mesma origem dos piratas que aqui estiveram na época colonial, porém, deverá fazer-se sempre presente, no caso de esses belicosos “amigos” tentarem sobrepor-se à soberana terra brasileira. Para isso, é indiscutível, de imediato, o reaparelhamento das Forças Armadas, porque, relegá-lo a segundo plano, é assumirem os governantes e seus, nem sempre patrióticos conselheiros, uma responsabilidade de proporções inconcebíveis.

<sup>1</sup> **A arte da guerra.**

<sup>2</sup> **Da guerra.**

**Observações:**

- 1) A autora é Professora Universitária, Doutora em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Acadêmica Fundadora da Academia Brasileira de Defesa;**
- 2) As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, o pensamento da ABD.**